

AS ORIGENS HISTÓRICAS DO ARGUMENTO EVOLUTIVO CONTRA O NATURALISMO

THE HISTORICAL ORIGINS OF EVOLUTIONARY ARGUMENT AGAINST NATURALISM

Adilson Koslowski¹

RESUMO: Este artigo “As origens históricas do argumento evolutivo contra o naturalismo” tem como finalidade buscar as origens históricas do famoso argumento do filósofo americano Alvin Plantinga contra o naturalismo (1993). Seu argumento é que se a evolução e o naturalismo são ambos verdadeiros, as faculdades cognitivas humanas envolvidas para produzir crenças têm valor de sobrevivência (alimentar-se, defender-se e reproduzir-se), não necessariamente para produzir crenças que sejam verdadeiras. Portanto, desde que as faculdades cognitivas humanas são ajustadas para sobreviver antes que a verdade no modelo evolução-e-naturalismo, incluindo igualmente o naturalismo e a evolução. Por outro lado, se Deus criou o homem “a sua imagem” pelo processo evolucionário (ou algum outro meio), então Plantinga sustenta que nossas faculdades provavelmente são confiáveis. Por sugestão de Beilby (2002) fizemos uma pesquisa bibliográfica para buscar as origens do argumento no livro “Milagres” de C. S. Lewis (1947) e em “Metafísica” de Richard Taylor (1965). Pensamos que esta reconstrução ajuda a compreender melhor o argumento de Plantinga, bem como mostrar sua novidade em relação a esses dois predecessores.

PALAVRAS-CHAVE: Plantinga. Naturalismo. C. S. Lewis. Richard Taylor.

ABSTRACT: This article “The historical origins of evolutionary argument against naturalism” it has as purpose inquires the historical origin of famous argument of American philosophy Alvin Plantinga against the naturalism (1993). His basic argument is that if evolution and naturalism are both true, human cognitive faculties evolved to produce beliefs that have survival value (feeding, fighting, and reproducing), not necessarily to produce beliefs that are true. Thus, since human cognitive faculties are tuned to survival rather than truth in the naturalism-cum-evolution model, there is reason to doubt the veracity of the products of those same faculties, including naturalism and evolution themselves. On the other hand, if God created man “in his image” by way of an evolutionary process (or any other means), then Plantinga argues our faculties would probably be reliable. For suggestion of Beilby (2002) we have making bibliographic research at seek the origins of argument in book “Miracles” of C. S. Lewis (1947) and in “Metaphysics” of Richard Taylor (1965). We think that reconstruction help to comprehend better the argument of Plantinga and your novelty in relation that two predecessors.

KEY-WORDS: Plantinga. Naturalism. C. S. Lewis. Richard Taylor.

Introdução

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Docente do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

Nosso objetivo neste artigo de pesquisa bibliográfica é buscar as origens históricas do famoso argumento de Alvin Plantinga (1993) contra o naturalismo. Não temos o objetivo de discutir o argumento de Plantinga para defendê-lo ou anulá-lo. As origens do argumento se encontram em dois filósofos do século XX, C. S Lewis e Richard Taylor.

Tudo neste argumento de Plantinga pode parecer ao leitor técnico e reservado a filósofos profissionais. Todavia, trata de algo que é de interesse de muitas pessoas, pois ele remete a antiga discussão a respeito de Deus e de sua ação no mundo. Este argumento proposto por Plantinga está vinculado à tradição filosófica (com exceções) que frequentemente apoiou a ideia de que nossa capacidade de conhecer não pode ser entendida sem elementos que vão além das faculdades puramente naturais. Esta ideia, por exemplo, foi defendida por Platão, Aristóteles, Aquino ou Leibniz. Contudo, durante o Iluminismo, filósofos como David Hume (1711-1776) desvincularam a capacidade de conhecer de qualquer coisa que fosse além das possibilidades do método científico de verificação. A capacidade de conhecer é um fenômeno natural como é a digestão, não obstante menos entendida do que o processo digestivo, mas reservada à ciência, que em algum dia, nos dará a resposta completa dentro de uma perspectiva materialista. A perspectiva tradicional milenar foi ligeiramente abandonada e predominou, desde então, a compreensão naturalista do conhecer. A ideia naturalista é moeda comum tanto entre cientistas, filósofos e leigos. E a ideia de que algo a mais está em jogo na atividade cognitiva é considerada algo esdrúxulo, por exemplo, as ideias do prêmio Nobel John Eccles a respeito da interação mente-corpo que supõe uma entidade espiritual.

Hoje é comum nos identificarmos como seres corporais e psíquicos (e o psíquico, muitas vezes, reduzido ao comportamento, ao cérebro ou um produto do cérebro). Em suma, o ser humano é seu corpo e a soma de suas criações culturais. O argumento de Plantinga sai desta linha naturalista de compreender a cognição humana e sustenta, de um modo mais fraco do que a tradição, que a cognição humana só pode ser entendida como confiável se pressupormos um ser que projetou o mecanismo humano com a finalidade de verdade. Segundo Plantinga, não é possível explicar o conhecer a partir de uma compreensão puramente natural como é defendido por muitos nos dias de hoje. A visão que predomina entre cientistas e filósofos é que o conhecimento do *homo sapiens* foi construído pelo processo da evolução como é descrito pela teoria darwinista. Através de um processo de bilhões de anos, a vida chegou a construir, por acaso, um sujeito epistêmico.

Plantinga sustenta que esta concepção naturalista a respeito de nossas faculdades cognitivas (somos apenas corpos moldados pelo processo evolutivo com descrito por Darwin) não pode garantir nenhuma justificação epistêmica, nem que tenho cinco dedos na minha mão. Conhecer é apenas um recurso evolutivo com o único fim de adaptar a espécie humana em um determinado nicho ecológico. Resumidamente para Plantinga, sem Deus ou algum Absoluto, não é possível o conhecimento humano como tradicionalmente compreendemos, ou seja, como crença verdadeira e justificada. É uma volta à antiga concepção da cognição humana não reduzida aos seus aspectos naturais.

O argumento de Plantinga é chamado de *argumento evolutivo contra o naturalismo* (AECN). Podemos resumir este argumento seguindo Beilby (2002). Podemos resumir o AECN em três premissas básicas, que são:

- (1) $P(R\&E)^2$ é ou baixa ou inescrutável [onde R representa a proposição: “As faculdades cognitivas humanas são confiáveis”].
- (2) Se S aceita $N\&E$ e (1), ele tem um anulador racional para sua crença que R .
- (3) S tem um anulador para todas as suas crenças, uma das quais é $N\&E$.

Em termos menos formais, o argumento de Plantinga diz o seguinte: Se alguém acreditar na teoria da evolução (como descrita hoje pelos cientistas evolutivos darwinistas, isto é, os organismos têm como finalidades se alimentarem, se defenderem e se reproduzirem) e conjugada com o naturalismo (não existe nada além do natural como descrito pelas ciências físicas ou biológicas) então este sujeito não tem justificação para suas crenças, pois devida a probabilidade de que este organismo gere crenças provavelmente verdadeiras é muito baixa ou inescrutável dado um cálculo (cálculo bayseiano) das possibilidades de associação crença e comportamento. Sendo assim, as crenças do sujeito estão anuladas e também as suas próprias crenças filosóficas e científicas no darwinismo e no naturalismo. Não tem este sujeito garantia em crença nenhuma e não tem possibilidade de anular a anulação. Por exemplo, dada a solidez do argumento de Plantinga, se um sujeito (comprometido com o naturalismo e o darwinismo) vê diante de si uma cobra ele não tem garantia que de fato a crença de que existe uma cobra é verdadeira ou provavelmente verdadeira. Ele agirá em função da sobrevivência, mas não poderá justificar esta crença em relação à verdade ou à probabilidade de verdade desta crença. *Todas* as suas crenças perdem o *status* epistêmico.

² Para facilitar a leitura, P a probabilidade de, S é um sujeito epistêmico, N é a teoria naturalista (não existe objetos que não sejam espaçotemporais), E é a teoria da Evolução e $\&$ (e) é o símbolo da conjunção lógica e R são as faculdades cognitivas humanas confiáveis.

As origens do AECN

O AECN não é de todo original em Plantinga (1993). Existem pelo menos duas fontes anteriores a Plantinga que desenvolveram esse argumento de modo parecido.

O argumento, segundo Beilby (2002), tem sua origem em um literato irlandês chamado C. S. Lewis (1898-1963), convertido ao cristianismo, professor de literatura em Oxford, e muito conhecido pelo filme da Disney *As Crônicas de Nárnia* (2007). Mas é em sua obra *Milagres* (1947/2007), principalmente no capítulo 3 e 13 que C. S. Lewis desenvolve um argumento similar ao de Plantinga. Outra fonte anterior é o filósofo Richard Taylor, no capítulo 7 de *Metaphysics* (1964/1969)³.

O “milagre” da razão em C. S. Lewis

C. S. Lewis (1947/2007), em seu livro *Milagres*, tem por objetivo criticar o naturalismo ontológico e defender o supranaturalismo. O livro consta de 17 capítulos e dois apêndices. Nos primeiros capítulos, C. S. Lewis quer deixar claro o que entende por naturalismo. Depois argumenta que a possibilidade de raciocinar dedutivamente é uma capacidade que está além das possibilidades de uma explicação puramente natural. Igualmente é o caso do comportamento moral. A moral, segundo C. S. Lewis, seria um caso que exigiria uma explicação supranaturalista para sua existência e melhor compreensão.

Para C. S. Lewis, a razão e a moral são dois milagres, não no sentido de que infringem alguma lei natural, como é comumente entendido por *milagre*, mas como algo que tem sua explicação última no sobrenatural, remetendo-se a algo que vai além da natureza.

Em outros capítulos, C. S. Lewis argumenta no sentido de mostrar que o milagre, como é comumente compreendido, não é impossível de ocorrer. Também ocupa-se exhaustivamente do conceito de Deus e do que ele chama de *religião natural*, que vê Deus como um ser total, no sentido monista, próprio aos modos do panteísmo, como energia que perpassa toda realidade. A esse Deus *New Age*, Lewis contrapõe um Deus pessoal e chega a chamar de “uma coisa”, em contraste com o deus da religião natural que é, muitas vezes, apenas uma energia inconsciente. Nos últimos capítulos, Lewis se defronta com o que chama de *o maior milagre*, que é a encarnação de Jesus, bem como a morte e ressurreição de todos os homens.

³ Beilby (2002, pg. ix) se equivoca em afirmar que é no capítulo 10 de *Metaphysics* que Taylor desenvolve seu argumento.

Nosso objetivo é buscar no texto de C. S. Lewis um argumento semelhante ao de Plantinga, em seu *Argumento Evolutivo Contra o Naturalismo*. Podemos afirmar que Plantinga apresenta ideias semelhantes às de C. S. Lewis. Apresentaremos o conceito de naturalismo de C. S. Lewis e seguiremos a argumentação do autor, que sustenta que uma compreensão adequada do raciocínio humano e do conhecer a verdade é mais bem explicada com a pressuposição do supranaturalismo. Além disso, essa explicação ajuda-nos a evitar o irracionalismo e a auto-contradição a que uma visão simplesmente naturalista nos levaria. O argumento de C. S. Lewis (1947/2007) que mais nos interessa é a respeito da razão ou do raciocínio. Podemos resumi-lo assim:

(P1) Para o naturalismo, a explicação de todos os eventos é possível, necessariamente, em relação a outros eventos imanentes ao sistema total da natureza, a saber, os objetos espacotemporais.

(P2) A capacidade de raciocínio é uma faculdade racional, desenvolvida pela história natural da espécie humana.

(P3) Todas as faculdades da espécie humana têm uma única “intenção”, ou melhor, são os cegos processos evolutivos que produziram os organismos mais aptos em seu meio, favorecendo a sobrevivência.

(P4) É muito baixa a possibilidade de o raciocínio humano ser fonte de verdade e conhecimento, devido à não intencionalidade do processo do raciocínio.

Portanto, (P1, P2, P3 e P4):

(C/P5) Os produtos da faculdade de raciocinar são completamente naturais, não intencionais, com baixa probabilidade de verdade e conhecimento.

(P6) Contudo, acreditam os naturalistas na capacidade do raciocínio de inferir proposições verdadeiras e de obter conhecimento.

Portanto, (P1, P5 e P6):

(C/P8) Há problemas com o naturalismo dos naturalistas.

(P9) A hipótese mais viável para resgatar a confiança do mecanismo do raciocínio é o supranaturalismo.

(P10) Sem a intencionalidade de um agente divino, não podemos manter a intenção de verdade e o conhecimento que as nossas faculdades produzem.

Portanto (P8-P10):

(C) Nosso mecanismo é confiável se confiamos na intencionalidade de um agente divino que teve ou tem a intenção de que nossas faculdades de raciocinar produzam verdade e conhecimento.

Sobre P1:

C. S. Lewis (1947/2007) imputa ao naturalismo as seguintes características: é uma teoria filosófica, supõe que as únicas coisas existentes são as espaçotemporais e toda explicação possível é dada somente em relação às partes do todo, isto é, à natureza. Resumindo, em sua dimensão ontológica, o universo é matéria. Em outras palavras, o universo é constituído de partículas subatômicas. Em sua dimensão epistemológica, segundo o naturalismo, a única explicação possível é dada dentro do próprio sistema que é o universo material. Segundo C. S. Lewis (1947/2007, p. 6-7), o naturalista diz: “[...] nada além da natureza”; e, continuando: “Todas as coisas e acontecimentos estão de tal forma interligados que nenhum deles pode alegar a mínima independência do ‘conjunto’”.

Para o autor de *Milagres*, não é possível ao naturalista admitir o livre arbítrio consistentemente, pois não há uma explicação de como isso seria possível em um sistema em que apenas o mundo natural fosse a única realidade e a única fonte de causa e explicação.

C. S. Lewis (1947/2007) não quer usar o caso da microfísica como argumento, mas mostra sua surpresa, e não sabe bem se os cientistas querem dizer o que parecem estar dizendo. Se a mecânica quântica nos diz que não podemos conhecer a posição absoluta de uma partícula em dado momento, então não há uma explicação naturalista para essa partícula. Estamos diante de um fato, senão sobrenatural, como diz C. S. Lewis (1947), “subnatural”⁴.

Depois de descrever sua surpresa com os dados da mecânica quântica, vinda da ciência moderna, em virtude da qual o naturalismo ganhou sua maior força, passa ele para a questão do raciocínio. E, neste ponto, o argumento de Plantinga está próximo ao de C. S. Lewis.

O naturalista acredita que existe uma causa para tudo, e essa causa é a própria natureza. A natureza é eterna e necessária. C. S. Lewis (1947/2007) acredita na possibilidade de um naturalismo não ateu. Poderia existir um deus superveniente ao sistema da natureza e dependente dessa última, mas não diferente ou fora da totalidade das coisas. Se o problema do raciocínio pode ganhar sua solução nessa forma de panteísmo, não obstante, o problema seria deslocado para a explicação desse próprio Deus.

Sobre P2:

C. S. Lewis (1947/2007) chama a atenção para o fato de que o naturalista vai buscar na biologia o argumento para explicar a capacidade racional do ser humano, assim como

⁴ Com a palavra *subnatural*, parece que C. S. Lewis quer distinguir três planos da realidade: o divino ou espiritual, o material ou natural e o subnatural. Assim, os eventos subnaturais não teriam sua origem nem no natural e nem no sobrenatural e, portanto não podem ser explicados pelas leis da física.

Plantinga (1993) o fará, e ambos concordam que esse tipo de explicação levará ao ceticismo. Nas palavras de C. S. Lewis (1947/2007, p. 16):

Todos concordam que a razão, e até mesmo o sentido, e a própria vida só surgiram mais tarde na natureza. Se não existe nada, senão esta, a razão deve ter passado a existir mediante um processo histórico. Como é lógico, para o naturalista, este processo não se destinava a produzir comportamento mental que levasse à descoberta da verdade. Não houve Planejador. De fato, até que surgissem os pensadores, não havia verdade nem falsidade. O tipo de comportamento mental a que damos hoje o nome de pensamento racional ou dedução deve ter, portanto, “evoluído” pela seleção natural, pela eliminação gradual dos tipos menos aptos para sobreviver.

Sobre P3:

Se explicarmos a natureza do raciocínio como simples causa de um processo físico, isto é, não racional, perdemos a racionalidade. Assim, as proposições: “Você pensa assim porque isto lhe agrada” ou “Você argumenta assim porque é um louco” tiram toda a razão do interlocutor, se forem verdadeiras. Analogamente, segundo Lewis (1947/2007), a mesma coisa ocorre quando buscamos simples razões naturais para a faculdade de raciocinar.

Se as inferências dedutivas e indutivas não demonstram como a mente funciona, não podemos conhecer o mundo, não podemos ter conhecimento. C. S. Lewis cita Haldane em sua obra *Possible Worlds* (1947/2007, p. 209):

[S]e meus processos mentais forem determinados inteiramente pelos movimentos dos átomos em meu cérebro, não tenho razão para supor que minhas crenças sejam verdadeiras... e dessa forma não tenho razão para supor que meu cérebro seja composto de átomos.

Para C. S. Lewis, se observarmos os processos lógicos como simplesmente fruto das nossas capacidades psicológicas, então eles não nos darão garantias de que as inferências são algo além delas mesmas. Não temos nenhuma razão para garantir que nossas inferências nos levem a alguma verdade a respeito do mundo ou de nós mesmos. (Cf. LEWIS, 1947/2007, p. 15-16).

Sobre P4-P5:

No capítulo 13 de *Milagres*, C. S. Lewis (1947/2007) faz explicações acerca da probabilidade, que se relaciona à possibilidade de milagres. De modo semelhante, Plantinga (1993) adota a probabilidade como centro de seu argumento. Para Lewis, se nossa razão é causada por um processo cego, como o é a natureza – entendida pelo naturalismo –, a razão não pode ter confiança nas razões mais básicas que sustentam as nossas crenças a respeito do

mundo. Não há garantia de adequação entre mundo e crença. Esse aspecto é explorado maravilhosamente em Plantinga (1993), no tópico em que ele vincula as possibilidades de crença e comportamento.

Para C. S. Lewis (1945), como posteriormente para Plantinga (1993), se o naturalismo é uma teoria verdadeira, não podemos confiar em nossa razão, assim como não podemos confiar na uniformidade da natureza (cf. LEWIS, 1947/2007, p.86). O espírito da argumentação de C. S. Lewis é mais bem capturado em uma analogia: se as formigas fizessem rastros e depois algum ser humano visse e lesse esses rastros, formar-se-ia uma complexa frase da língua portuguesa como resultado desse processo cego e não intencional. Assim, analogamente, nossa capacidade de raciocinar fornece um produto que o mecanismo racional não tinha a intenção de produzir, embora o produto seja fabuloso. Seria um milagre, no modo como Hume (1748/2003) o concebia – em seu ensaio *Sobre os Milagres* na décima seção da *Investigação sobre o entendimento humano* –, como a mais baixa possibilidade, isto é, o milagre é o mais improvável de todos os eventos.

Sobre P9:

Uma ideia relativa ao naturalismo é a de supranaturalismo. Nas palavras de C. S. Lewis (1947/2007, p. 9):

O supranaturalista acredita que existe uma coisa independente que produziu a estrutura do espaço-tempo e a sequência de acontecimentos sistematicamente ligados que os preenche. A esta estrutura e este recheio ele chama de natureza. Ela pode ser ou não a única realidade que a Coisa Principal, única, tenha produzido. Podem existir outros sistemas, a que chamamos natureza.

Para C. S. Lewis (1947/2007), é absurdo e despropositado achar que tal produto, o raciocínio, é um acidente evolutivo; se for, estamos garantidos em não confiar nele, o que leva a uma auto-contradição. Para C. S. Lewis, como para Plantinga, o pensamento racional só pode ser de fato explicado tendo um compromisso com o teísmo, pois o pensamento racional é impossível de ser explicado dentro do naturalismo. Como diz C. S. Lewis (1947/2007, p. 22), “algo além da natureza entra em operação quando raciocinamos”.

Nessa breve apresentação de algumas ideias de C. S. Lewis (1947/2007), vimos que muitos elementos do argumento de Plantinga (1993) estão presentes. Mas as ideias estão espalhadas no texto e não apresentam o rigor argumentativo que Plantinga criativamente elaborou.

Vejamos outro pensador que precedeu Plantinga em alguns aspectos do argumento contra o naturalismo. Trata-se do filósofo Richard Taylor (1965/1969).

Taylor e a explicação naturalista

Richard Taylor, em seu livro *Metafísica*, no capítulo 9 (na edição brasileira é o capítulo 7), o último desta obra, investiga sobre a divindade de Deus. A primeira ideia que Taylor (1965/1969) discute nesse capítulo é a de que o mundo parece ser contingente. Logo, pelo princípio da razão suficiente, deve haver uma razão positiva que explique a existência desse ser contingente. Portanto, Deus (por definição é um ser necessário) parece ser uma solução para o mundo, visto que não há nenhuma evidência de que exista algo no mundo que seja necessário e que se explique a si próprio.

A constatação de Taylor (1965/1969) é que o mundo, aparentemente, seria contingente e exigiria uma explicação além de si mesmo, segundo o princípio da razão suficiente.

O argumento de Richard Taylor, que nos interessa, pode ser resumido esquematicamente, como se segue:

(P1) Aparentemente, os órgãos sensoriais dos seres vivos, inclusive do ser humano, não surgiram intencionalmente, mas foram causados por um simples processo biológico cego.

(P2) Se um processo é não intencional, é irracional acreditar que pode coexistir alguma intencionalidade nesse processo.

(P3) Não é racional crer que nossas faculdades sejam confiáveis, se o processo evolutivo é não intencional.

(P4) Porém, muitos dos seres humanos creem que nossas faculdades, em grande parte, são confiáveis epistemicamente.

Logo (P1-P4, por *reductio ad absurdum*),

(C/P5) Não é verdade (P1) ou não é verdade que P(4).

(P6) Se P1 é falsa, então uma explicação mais provável é que existe uma dimensão além do simples processo evolutivo, um Ser que dirigiu o processo evolutivo intencionalmente.

(P7) É racional crer que um Ser inteligente e intencional guiou o processo evolutivo, para que as faculdades fossem confiáveis.

(P8) Deus provavelmente é esse ser intencional que dirigiu o processo evolutivo para que nossas capacidades cognitivas fossem confiáveis.

Logo, (P5-P7)

(C) Nossas faculdades cognitivas são confiáveis.

Sobre P1-P3:

Quando Taylor (1965/1969) começa a discutir a respeito da natureza, ele traz concomitantemente um conceito que é fundamental em C. S. Lewis (1947/2007), em Plantinga (1993) e em todo teísta: a questão da intencionalidade, que é a pedra de toque de todos esses argumentos a respeito da confiabilidade de nossas faculdades cognitivas. Um mundo semelhante ao nosso não pode ser explicado simplesmente como o resultado de forças físicas cegas ao molde do naturalismo. Esse tipo de explicação implica, segundo Taylor, irracionalidade e ceticismo.

Taylor (1965/1969) argumenta que as aparentes intencionalidades percebidas na natureza podem vir a ser um dia resolvidas dentro de uma explicação completamente natural. Nas palavras de Taylor (1965/1969, p. 134):

O nosso próprio corpo e seus órgãos parecem intencionais não só em suas estruturas individuais, mas em suas relações mútuas; contudo, existem bem-conhecidas teorias que se baseiam em conceitos não teológicos, tais como as variações fortuitas, a seleção natural etc., que são capazes, pelo menos na opinião de muitos eruditos, de explicar essas estruturas sem necessidade de recorrer a ideias como as de propósito e finalidade.

Taylor chama a atenção para o seguinte exemplo: alguém está viajando de trem e de repente vê pedras brancas dispostas em um elevado onde se lê: A ESTRADA DE FERRO BRITÂNICA DÁ-LHES BOAS-VINDAS AO PAÍS DE GALES. O leitor não teria nenhuma prova de que foi intencional tal processo. Poder-se-ia dar uma explicação de corrosão ou outra causa completamente não intencional. Agora, se o leitor concluísse que estava entrando no país de Gales, apelando para a evidência fornecida na inscrição feita de pedras, então o leitor estaria sendo irracional, pois estaria acreditando que a inscrição foi acidental, mas seu conteúdo era verdadeiro. A disposição acidental das pedras não fornece, dessa forma, razão para crer. É o que C. S. Lewis (1947/2007) afirma: quando alguém explica um comportamento ou evento pela causa desse evento, tira-se desse comportamento ou evento as suas razões. Assim, se a ordem das pedras da inscrição foi causada pela interação apenas física e não intencional, não há razões para acreditar no conteúdo da inscrição. Não há significado nessa conjunção de pedras.

Outro exemplo de Taylor (1965/1969) é de supormos que, se ao escavarmos, encontrarmos uma pedra e ela tiver vários sinais de tamanhos semelhantes e mais ou menos enfileirados, podemos pensar que esses sinais, em princípio, seriam explicados por alguma ação vulcânica ou algo semelhante. No entanto, se essas marcas são posteriormente

reconhecidas como um antigo alfabeto, consegue-se uma tradução: NESTE LOCAL TOMBOU KIMON CHEFIANDO O GRUPO DE ATENIENSES CONTRA AS FORÇAS DE XERXES.

Segundo Taylor (1965/1969), a natureza produz efeitos quase tão inesperados como esses. No entanto, se alguém – e esse é o ponto – pensa que essas marcas são simples acaso da natureza, não pode acreditar *ao mesmo tempo* no conteúdo de tais marcas e na acidentalidade das marcas.

Quando analisamos os órgãos do nosso sistema perceptivo, da sua capacidade de conhecimento atual, não se está tão distante do conhecimento que os gregos já possuíam, pois o que sabemos é que esses órgãos transmitem os estímulos e imprimem no cérebro as transformações físicas. Quando observamos os olhos humanos, temos a impressão e inclinação muito forte de vê-los como intencionais. Porém, muitíssimos biólogos veem esses processos naturais como simplesmente não teleológicos. Como afirma Taylor (/1965/1969, p. 138):

A mera complexidade, refinamento e disposição, aparentemente intencional dos nossos órgãos, não constituem, assim, qualquer razão concludente para supor que sejam o resultado de uma atividade teleológica. Uma explicação natural, sem finalidade, é possível e foi tentada – com êxito, na opinião de muitos.

Sobre P4:

Contudo, confiamos em suposições justificadas ou não para a descoberta de coisas que supomos serem verdadeiras e independentes delas. Vamos além de nossos próprios órgãos e daquilo para que foram projetados, tal como fizemos com as pedras, com a suposta inscrição. Assim, confiamos que nossos órgãos nos “dizem” a verdade sobre como as coisas são. Como as pedras e o seu suposto significado são acidentais, também os nossos órgãos poderiam ser acidentais em suas origens e não nos revelar nada além deles mesmos. Entretanto, de fato, a maioria de nós confia em nossos órgãos sensoriais.

Explica Taylor (1965/1969, p. 139):

Frequentemente se pensa que a nossa visão é, por si mesma, uma boa razão para acreditarmos que a coisa existe, e seria absurdo sugerir que *inferimos* isso da estrutura dos nossos olhos ou de especulações sobre suas origens evolutivas. E o mesmo acontece com as nossas outras faculdades. A nossa recordação de alguma coisa é frequentemente considerada em si mesma boa, uma boa razão para acreditar que um som existe, e assim por diante. (itálico no original).

Em síntese, confiamos que os sentidos são fontes de confiabilidade de nosso conhecimento do mundo exterior; não ficamos restritos a sua simples representação de como certas coisas aparecem a nós como efeito de nossos órgãos internos, em uma espécie de solipsismo ou idealismo. É natural do homem não-reflexivo confiar em seus sentidos.

Sobre P7-P8:

Segundo Taylor (1965/1969, p. 138-139), é irracional crer no conteúdo proposicional da frase nas pedras, se advindo de um processo não intencional:

Assim, como sugerido há pouco, também é irracional dizer que as nossas faculdades sensoriais e cognitivas tiveram uma origem natural e não intencional e, simultaneamente, que *também* revelam alguma verdade a respeito de algo distinto delas próprias, algo que não é meramente inferido dessas faculdades. *Se* a sua origem pode ser inteiramente explicada, em termos de variações acidentais, seleção natural etc., sem supor que consubstanciem e expressem, de algum modo, os propósitos de um ser criador, então o máximo que podemos dizer delas é que essas faculdades existem, que são complexas e prodigiosas em sua estrutura e, talvez, que também são interessantes e notáveis em outros aspectos. Não podemos afirmar que sejam inteiramente por si mesmas confiáveis, guias fidedignos para toda e qualquer verdade, excetuando-se apenas o que possa ser inferido de sua própria estrutura e disposição. Se, por outro lado, supusermos que são guias para certas verdades que nada têm a ver com elas próprias [essas faculdades], então será difícil perceber como poderemos coerentemente com tal suposição acreditar que surgiram por acidente ou pela ação ordinária de forças não intencionais, mesmo no decurso de muitas eras. (itálico e colchetes no original).

Taylor (1965/1969), no fim de seu texto, comenta as possíveis objeções sobre o argumento, e afirma que é de ordem especulativa, metafísica ou não religiosa. O mais interessante é que a capacidade de verdade dos organismos é decisiva para sua sobrevivência. Contudo, segundo Taylor, isso nos parece forçado, pois a faculdade do homem de conhecer a verdade excede em muito o que é necessário para sobreviver. Taylor considera que as propostas rivais são altamente improváveis.

Em Plantinga, a primeira vez que o argumento aparece publicado é em seu artigo de 1991: *An evolutionary argument against naturalism*. Outro lugar importante foi o capítulo 12, o último do segundo volume de sua trilogia, *Warrant and Proper Function*, de 1993. Outro artigo muito importante foi *Naturalism defeated* (1994), não publicado, mas disponível na página de Plantinga na internet. Existem muitos outros lugares em que Plantinga volta a falar do AECN, como no terceiro volume do seu *Warranted Christian Belief*, de 2002, e em seu último livro *Knowledge of God* (2008).

Considerações Finais

A conclusão que podemos tirar é de que o argumento de C. S. Lewis (1947) e de Richard Taylor (1965) é semelhante em espírito ao argumento de Plantinga (1993). É muito provável que Plantinga leu estes argumentos. Mas podemos admitir que o argumento de Plantinga contra o naturalismo tornou-se bem mais elaborado e sofisticado. A contribuição de Plantinga foi de elevar o rigor na apresentação do argumento que já foi percebido por seus dois precursores. Não tivemos tempo, no espaço de um artigo, para expor o argumento de Plantinga mais detalhadamente, mas pensamos que o leitor curioso irá buscar por si próprio esta averiguação e se beneficiará de ter lido as fontes anteriores ao argumento evolutivo contra o naturalismo (AECN).

Os argumentos apresentados ao leitor podem parecer estranhos, pois já estamos acostumados a ler em artigos de divulgação ou assistir programas populares onde neurocientistas, psicólogos, médicos entre outros apresentam resultados em suas áreas de pesquisa tendo por garantido a redução da atividade cognitiva a seus aspectos materiais e mesmo o cinema reforça essas idéias. Por exemplo, o filme *Iris* (2001) que descreve a vida da filósofa Iris Murdoch (1919-1999), com certa ironia, mostra a filósofa doente de Alzheimer enfrentando a corrupção de sua poderosa inteligência, pois é nada mais do que seu cérebro. Contudo, no fim do século XX várias pesquisas começam a sacudir as pretensões naturalistas, seja na medicina com as experiências de quase morte (EQM), como na filosofia da mente (cf. D'SOUZA, 2009). Mesmo que estas posturas não naturalistas não sejam a visão dominante, elas começam a ganhar expressão na academia e vão, aos poucos, se tornando mais conhecidas e respeitadas.

Referências

BEILBY, J. (org.). **Naturalism defeated**: Essays on Plantinga's evolutionary Argument against naturalism. New York: Cornell University Press, 2002.

D'SOUZA, D. **Life after death**: the evidence. Washington: Regnery Publishing, INC, 2009.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano e Sobre os princípios da moral**. São Paulo: Unesp. 2003.

LEWIS, C. S. **Milagres**. 1947. Disponível em: www.monegerism.com. Acesso em: 03/04/2007.

PLANTINGA, A. **Warrant and proper function**. New York: Oxford University Press, 1993.

TAYLOR, Richard. **Metaphysics**. New Jersey: Prentice-Hall, 1965. Trad. **Metafísica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.